

PARECER JURÍDICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026.

Trata-se de análise jurídica requerida pela Comissão de Contratação Nomeada Pelo Decreto número 12/2024 de 15/03/2024, acerca da regularidade das Minutas do Edital Simplificado e do Contrato Administrativo, objetivando a contratação de empresa do ramo para elaboração de 04 (quatro) projetos de engenharia para pavimentação de estradas vicinais na Zona Rural do Município de Júlio Borges-PI.

Em Síntese, é o relatório.

1. ANALISE JURIDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica

A elaboração do edital, referente ao procedimento administrativo em análise, seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, oferecendo oportunidade de concorrência e seguindo todos os princípios preconizados no diploma legal. Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, elencados no Art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

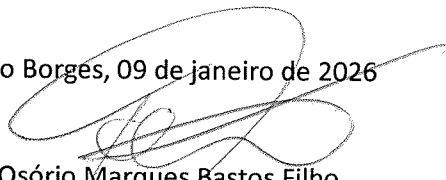
2- CONCLUSÃO

PELO EXPOSTO, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica, diante da documentação juntada aos autos, conclui-se pela regularidade do procedimento, pelo que opino pela validação jurídica, para regular prosseguimento do presente Processo de Dispensa de Licitação, SEM RESSALVAS.

Por fim, ressalta-se que devem ser juntados aos autos do processo administrativo os comprovantes das publicações do instrumento convocatório resumido, realizada na forma da Lei nº 14.133/2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Júlio Borges, 09 de janeiro de 2026



Osório Marques Bastos Filho
Assessor Jurídico
OAB/PI Nº 3.088